



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

MOBILIDADE, SUJEIÇÃO E MEIOS DE VIDA DE NEGROS E MESTIÇOS ALFORRIADOS NO SERTÃO DA BAHIA DO SÉCULO XIX

Ocerlan Ferreira Santos
(UESB)

Isnara Pereira Ivo**
(UESB)

RESUMO

O presente trabalho, constituindo-se em nota de pesquisa, tem por objetivo apresentar algumas considerações acerca da vida dos ex-escravos na Imperial Vila da Vitória do século XIX, Sertão da Bahia, cujas fontes indicam que alguns ex-escravos mesmo não tendo auferido recursos suficientes para se constituir numa “elite de alforriado”, desde período o cativo, conseguiram, dentro dos limites da sociedade escravocrata, forjar estratégias que possibilitaram além de uma significativa mobilidade social, a obtenção de recursos que garantiram condições mínimas de sobrevivência ao longo de suas vidas. Deseja-se desta forma incentivar um maior aprofundamento desta temática.

PALAVRAS-CHAVE: Alforriados. Mobilidade. Sertão baiano.

INTRODUÇÃO

Há algum tempo temos nos debruçado sobre preciosíssima documentação acerca do período escravocrata na Imperial Vila da Vitória o século XIX (atual Vitória da Conquista), que se encontra no Arquivo do Fórum da Cidade, e temos

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, professor da Rede Pública do Estado da Bahia. E-mail: cerhist@hotmail.com.

**Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, docente do Departamento de história e do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Orientadora. E-mail: naraivo@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

apresentado algumas considerações acerca do que ela testemunha⁵⁹¹. Em meio a esta documentação localizamos um inventário e testamento raro de um ex-escravo, Joaquim Forro, que será um dos principais personagens nas considerações que teceremos neste texto.

Sheila de Castro Faria (2000/s/d) - em estudo sobre negros no Brasil Colonial – aponta que os trabalhos historiográficos têm qualificado os ex-escravos pela precariedade das condições materiais de existência. No entanto, mesmo reconhecendo que a maioria dos alforriados mantiveram-se pobres e estigmatizados, a autora contesta tal ideia e afirma que “as condições de vida dos alforriados foram mais complexas do que sua pasteurização numa pobreza inevitável. Assim como outros elementos ou grupos da sociedade colonial, houve inúmeros e diversificados casos de trajetórias de vida” (FARIA, S/D, p. 126). Assegura ainda que, no curso das disputas cotidianas torna-se possível a formação de espécie de “elite” entre os ex-escravos.

Em um pequeno estudo que realizamos sobre mulheres negras na Imperial Vila da Vitória, notamos que a extrema pobreza não foi uma realidade de todas as escravas e/ou forras, pois algumas conseguiram acumular pecúlio. A exemplo das escravas que possuíam dinheiro nas mãos de seus senhores(as), e outras como Joaquina, africana, que devia 60\$000 e Antonia que tomou como empréstimo 200\$000 de sua senhora, para a compra da liberdade⁵⁹². Como também a crioula Maria Bernarda⁵⁹³, que trabalhava prestando serviços com sua escrava, o que indique não era tão carente de recursos financeiros, pois “juntar o necessário para se comprar pelo menos um [escravo] demandava, para a esmagadora maioria da população, investimentos significativos, quer de ordem econômica, quer de ordem pessoal” (FARIA, 2000, p 83). A predominância das alforrias pagas sem

⁵⁹¹Ver últimos trabalhos: Ocerlan Ferreira Santos e Washington Santos Nascimento(2010a), Nascimento e Santos (2010b), Santos (2011) e Santos (2012).

⁵⁹² Ver Santos (2012); sobre acumulo de pecúlio por escravos, já era prática permitida por alguns senhores, mas foi regulamentado pela Lei do Ventre Livre, no parágrafo 2º do artigo 4º, ver: Kátia Lorena Novais Almeida (2006), p. 75.

⁵⁹³ Santos (2012), p.06.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

condição também reforça a ideia⁵⁹⁴. E o que dizer dos “homens de caminhos”, tropeiros e desbravadores do século XV-XVIII, apresentados por Isnara Pereira Ivo (2012), muitos deles negros miscigenados escravos e forros, que no seu transito de comércio e culturas, acumularam recursos financeiros e forjaram relações sociais com indivíduos de diversas classes e status. Como o “preto forro” João Gonçalves da Costa, figura importante na montagem da empresa colonial portuguesa no sertão da Bahia, que por seus feitos, recebeu a Coroa Portuguesa, as terras que hoje correspondentes ao planalto da conquista, onde se estabeleceu, constitui família e se tornou grande proprietário de terras e criador de gado, tornando-se um das personalidades da região⁵⁹⁵ ou como disse Farias (s/d) “elite entre os alforriados”.

Portanto, alguns indivíduos podem não ter auferido recursos suficientes que os classifiquem como uma “elite de alforriado”, todavia, desde período em que eram escravos, conseguiram, dentro dos limites da sociedade escravocrata, forjar estratégia que possibilitaram a obtenção de recursos que não só ajudaram na compra da liberdade, mas a garantir condições mínimas de sobrevivência após a alforria.

No entanto, na condição de alforriados, as dificuldades iam além dos recursos financeiros, já que esses homens e mulheres se deparavam com uma série de sujeições pessoais e políticas que os forçavam a não esquecerem seu passado de escravidão e sua posição na sociedade⁵⁹⁶. Como o episódio ocorrido com a referida Maria Bernarda⁵⁹⁷, que foi difamada publicamente em uma discussão com sua vizinha – e classificada como réu num processo -, sendo tachada de “turbulenta”, “prostituta” e “injuriosa”, adjetivos que demonstram o imaginário construído por

⁵⁹⁴Os estudos que vimos realizando sobre as alforrias na Vila têm apontado para esta predominância, ver: Idem.

⁵⁹⁵ Sobre a trajetória de João Gonçalves ver: Isnara Pereira Ivo (2004 e 2012).

⁵⁹⁶ Sobre as sujeições pessoais e políticas que pesavam sobre o negro livre e liberto no Brasil, ver Manuela Carneiro Cunha (1985), p. 17 -100

⁵⁹⁷ AFJM: Termo de Bem viver de Rosa Silvana de Oliveira a Maria Bernarda. Caixa: diversos, 1872. (nãocatalogado). Este documento foi analisado com mais detalhes em: SANTOS (2012).



MUSEU PEDAGÓGICO

ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

uma sociedade que apesar de mestiça, soube reconhecer, mas também impor limites escravos e alforriados, os quais eram vistos como seres propensos à violência, criminalidade e imoralidades, e que suas ações ofendiam os “bons costumes” e a tranquilidade das famílias.

Outro caso que exemplifica as sujeições e instabilidades na vida dos alforriados é o de Verônica e Maneol, que analisamos em outro trabalho, no qual os mesmos foram ameaçados de retornarem a condição de escravos em razão de uma disputa judicial entre a ex-senhora do casal e um rico comerciante da localidade. O casal passou de autores, à réus no processo, tento que fugir do lugar para garantir, de um modo ou de outro, a liberdade laboriosamente conquistada⁵⁹⁸.

Pensando no universo cultural mestiço da sociedade escravista brasileira Ivo (2006) assegura que:

A presença do negro, seja na condição de escravo ou de liberto, foi tão forte quanto íntima na vida em sociedade do mundo escravista, e arraigou-se nas formas de produção e nas formas de pensar. As conseqüentes relações dessas convivências forjaram mediações inesperadas. O mundo senhorial e suas instituições não tiveram outra opção senão reconhecer o novo sujeito histórico além do que a vista grossa do traficante de almas enxergava: a força física para o trabalho. (IVO, 2006, p. 01)

É nesse contexto que evocamos Joaquim Forro⁵⁹⁹, morador da Imperial Vila da Vitória, um ambiente no qual “não havia locais destinados às atividades públicas, tais como Casa da Câmara e Cadeia, cemitério público, ou instalações que abrigassem as atividades do judiciário” (IVO, 2006, p.02), onde urbano e o rurais se misturavam. Uma região que se tornou uma das principais áreas de criação de gado, lavoura de algodão e produção de alimentos, ponto de parada de viajantes,

⁵⁹⁸ Ver, Santos e Nascimento (2010a), p. 124.

⁵⁹⁹ Inventário e testamento de Joaquim Forro, Caixa Diversos, 1860 a 1869. AFJM/Vitória da Conquista-BA. (Decidimos por manter a escrita original).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

comerciantes e boiadeiros. Onde também escravos, forros e livres dividiam os mesmos espaços de produção.

Em seu testamento datado de 1863, Joaquim afirma ser natural da Costa africana, que foi escravo de Francisco Moreira do Livramento, que recebeu sua alforria em 1813 e que era católico batizado, e apesar do testamento não informar, deveria ter mais 50 anos. Dentre os bens que possuía havia um banco (mil reis), vinte e uma éguas (27 mil e 500 reis cada), uma poldra (16 mil reis), um cavalo (10 mil reis) e uma “morada de casa” na rua do espinheiro (150 mil reis), algo em torno de setecentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos reis (754\$500). Já suas dívidas, somadas às despesas do funeral, chegava a 68 mil e oitocentos e sessenta reis (68\$860) ⁶⁰⁰. Pode ter sido coincidência, mas notamos que a rua do espinheiro é a mesma onde morava a crioula Maria Bernada mencionada acima, seria apenas um endereço onde escolheram para morar? Ou o único espaço da cidade reservado aos ex-escravos?

Joaquim afirma não possuir herdeiros, mas lembrou daqueles que de algum modo lhe foram caros durante sua vida:

Declaro que o capitão João Moreira do livramento tem duas suas crias, uma de nome Maria, e outra de nome Maria Geronima, a quem pello amor que a ellas tenho deixo para cada uma Egoas das de minha criação, por que carreguei e as tenho muita amisade. (...) Declaro, que contratei com Maria Joanna de tratame em mainha enfermidade, para dar-lhe um poldro de anno, o que meu testamenteiro cumprira, se não ella não faltar o trato que commigo fez⁶⁰¹.

Relacionou ainda João Moreira do Livramento, Theotônio Gomes Rozeira e João Gomes Quaresma como homens de sua confiança e benfeitores, escolhendo esse último como testamenteiro, que recebeu a quantia de 30 mil reis pelo serviço.

⁶⁰⁰ Idem, p. 05 e 05 V.

⁶⁰¹ Idem, p 17 e 17 V.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Declaro que por não possuir herdeiro algum, e não ter a quem deixar meus bens, depois de compridas minhas disposições d'elles o restante deixo ao Senhor João Moreira do Livramento, e Theotonio Gomes Roseira, em remuneração do tempo que me agüentarão em suas casas pelo que nenhum benefício lhes fiz ⁶⁰².

Ivo (2006) nos aponta que os indivíduos reconhecidos por Joaquim, eram homens de atividades política e económica importantes na Vila, e que João Moreira era possivelmente irmão de seu antigo senhor, Francisco Moreira. A afinidade do “Forro” com esses personagens nos permite pensar acerca das redes de relacionamentos por ele criadas que possibilitaram seu transito entre as classes e certa mobilidade social. Todavia, permite também ponderar que muito além de um reconhecimento do acolhimento recebido, tais ações podem indicar estratégias não só de mobilidade social, mas proteção e sobrevivência diante das sujeições e dos estigmas do cativeiro impostos aos ex-escravos, que se agravavam na condição de enfermo. Bem como, uma maneira de assegurar que tudo aquilo que conquistou durante sua vida, antes e pós-escravidão, pudesse lhe garantir um final de vida e sepultamento mais dignos. Mesmo porque, como observou Ivo (2006), ele não registra como conseguiu acumular os bens, mas seria provável que alguns recursos poderiam estar mantidos ou na propriedade de seu ex-senhor ou dos ditos benfeitores. Tais possibilidades corroboram com a afirmativa de que

Libertos e libertas sorveram daquela sociedade escravista todas as oportunidades existentes de trabalho, de onde retiravam os recursos financeiros necessários para a vida no dia-a-dia. Outras vezes, diante de interdições impostas, inventaram e exploraram outras possibilidades de sobrevivência cotidiana (PAIVA, 2004, p 10).

⁶⁰² Idem, p. 17 V.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Do mesmo modo, notamos que havia a possibilidade de não só os bens, mas também o próprio Joaquim ainda viver junto ao seu antigo senhor ou alguém ligado a ele, o que não era incomum, pois já localizamos na Vila, alforriados que habitavam na fazenda do seu proprietário⁶⁰³ e a historiografia tem apontado diversas outras situações pelo Brasil a fora.

Joaquim parece ter procurado viver pacificamente – pois até o momento não localizamos nenhuma indício que tenha se envolvido em qualquer situação de conflito – e ao menos aparentemente, foi fiel aos cânones católicos, uma vez que se preocupou com seu sepultamento “sem pompas” e as celebrações das missas após sua morte: “Declaro mais que o mesmo meo testamenteiro mandará diser por minha alma três Capellas de Missa isso no praso de suas prestação de contas para o que lhe deixo o praso de um anno além da recompensa de da terceira verba”⁶⁰⁴. Cremos que essa conduta foi necessária de modo a não abalar o relacionamento que construiu com os “homens bons” da Vila e a não despertar a atenção das autoridades locais. Eduardo F. Paiva (2004) corrobora com este pensamento ao assegurar que “os libertos e libertas moradores das áreas urbanas, fossem eles africanos, crioulos ou mestiços, levavam uma vida mais ou menos pacata, sem intentar promover profundas alterações na lógica do mando escravista” (PAIVA, 2004, p. 02).

Joaquim, assim como os demais homens e mulheres de cor aqui citados, trazia outra condição que colaborava para a sujeição aos “homens bons” sociedade Imperial: a falta de oportunidade que tiveram de conhecer as letras, pois sempre nos momentos em que teriam que atuar junto ao aparelho burocrático e judiciário do Estado, necessitava da assistência de um desses sujeitos, até mesmo para referendar a idoneidade do ato.

⁶⁰³ Os supracitados dos libertos, Manoel e sua esposa Verônica.

⁶⁰⁴ Inventário e testamento de Joaquim Forro, Caixa Diversos, 1860 a 1869. AFJM/Vitória da Conquista-BA, p. 17 V.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

De vida simples, mas não miserável, apesar de o processo não indicar seu ofício, Joaquim soube elaborar estratégias de sobrevivência que permitiu transitar pelas classes abastarda e subalterna da sociedade local, realidade que como assegura em Ivo (2012) não foi um privilégio do nosso personagem já que, desde o período colonial, “a mobilidade física, econômica, social e cultural de afro-descendentes nas Américas foi marca inquestionável do processo de mundialização iniciado no século XV” (IVO, 2012, p. 98).

Inventários e testamentos de ex-escravos, não são tão comuns de serem localizados, e constituem fontes preciosas para conhecermos um pouco acerca da vida desses agentes históricos, seus relacionamentos, origem, crenças, meios de vida e até suas últimas experiências de vida. São nestes últimos momentos da vida dos homens é que percebemos um sentimento comum há todos, fossem livres, forros ou cativos, uma espécie de ajuste de contas com a sua própria consciência.

Em suma, os testemunhos apresentados nesta nota de pesquisa, indicam que ex-escravos mesmo não tendo auferido recursos suficientes para se constituir numa “elite de alforriado”, desde período o cativo, conseguiram dentro dos limites da sociedade escravocrata, forjar estratégias que possibilitaram além de uma significativa mobilidade social, a obtenção de recursos que garantiram condições mínimas de sobrevivência ao longo de suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas, século XIX**. UFBA/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2006. (Dissertação de mestrado).

CUNHA, Manuela Carneiro. **Negros estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África**, São Paulo, Brasiliense, 1985.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

FARIA, Scheila de Castro. Mulheres Forras – Riqueza e estigma social. **Revista Tempo**/Universidade Fluminense, Departamento de História. Volume 5, nº 09, Julho de 2000. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg9-5.pdf. Acesso em 17 de junho de 2010.

FARIA, Scheila de Castro. Viver como livre numa sociedade escravista. In: _____ **Cotidiano dos negros no Brasil escravista**. Madri, Fundacion Tavera, _____ no _____ prelo. Disponível em: http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000209. Acesso em 17 de agosto de 2012.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

_____. Entre a liberdade e a dependência: fragmentos da vida de um ex-escravo no sertão da Bahia. Século XIX. In: **III Encontro Estadual de História - Anpuh-Bahia**, Poder, Cultura e Diversidade. Caetité - Bahia: Associação Nacional de História Seção Bahia, 2006. Disponível em: www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/isnara_pereira.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2012.

_____. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

NASCIMENTO, Washington Santos e SANTOS, Ocerlan Ferreira. Liberdade em disputa: a vida dos ex-escravos no sertão baiano (1870-1930). **Revista Outros Sertões**, v. 4, 2010b, p. 95-104,

SANTOS, Ocerlan Ferreira e NASCIMENTO, Washington Santos. Dimensões da Vida Escrava na Imperial Vila da Vitória nos Últimos Anos da Escravidão (1870-1888). **POLITEIA: História e Sociedade**, V. 10, nº 1, Vitória da Conquista, 2010a, p. 107 - 130;

SANTOS, Ocerlan Ferreira. Mães e filhas: mulheres negras na Imperial Vila da Vitória do século XIX. **Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queiros**, v. 5, p. 1-11, 2012

_____. A ciranda ou a lida? Notas de uma pesquisa sobre cotidiano de crianças escravizadas na Imperial Vila da Vitória Século XIX. In: **IX Colóquio Nacional e II Internacional do Museu Pedagógico - "Desafios Epistemológicos das Ciências na Atualidade"**. Vitória da Conquista, 2011.

PAIVA, Eduardo França. Libertos no Brasil: africanos e mestiços nas Minas Gerais do século XVIII. In: **II Jornada Internacional Brasil-África - UFMG-2004**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~edupaiva/TextoLibertosnoBrasil.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2012.